



Áreas
Protegidas
Locais

BRASIL | COLÔMBIA | EQUADOR | PERU

Reservas Particulares do Patrimônio Natural:
boas práticas de gestão
em **iniciativas municipais**

ESTUDO TÉCNICO ORIGINAL

José Luciano de Souza
Rosan Valter Fernandes
Mônica Fonseca

PARTICIPANTES – ENTREVISTAS E COLETA DE DADOS

Edison Akira Sato e Jean Dinelly Leão – RPPN Dr. Daisaku Ikeda
Paulo Luis Lima Pêgas – RPPN Alto Montana
Ricardo Cosentino dos Santos – RPPN Palmital
Terezinha Vareschi – RPPN Airumã

REVISÃO

André Luis Lima
Fabiana Regina Pirondi dos Santos
Maria Olatz Cases
Tiago Zenero

ORGANIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO

Thaís Cristina Schneider

PROJETO GRÁFICO

Mariana Gil

COORDENAÇÃO

Maria Olatz Cases

A presente publicação foi produzida com base no levantamento elaborado por José Luciano de Souza Consultoria sobre boas práticas na implantação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, realizado em 2021.

O trabalho foi formulado no âmbito do projeto “Áreas protegidas e outras medidas de conservação baseadas em áreas em nível dos governos locais”, implementado no Brasil, Colômbia, Equador e Peru pela *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH*, pelo ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade e pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). O projeto é financiado pela Iniciativa Internacional para o Clima (IKI) do Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Segurança Nuclear e Defesa do Consumidor (BMUV) da Alemanha.



APRESENTAÇÃO

No Brasil, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) constituem uma categoria de Unidades de Conservação (UCs) que têm como característica o fato de serem implantadas por iniciativa de pessoas, empresas ou organizações do terceiro setor que decidem transformar sua propriedade em uma área protegida.

Tal atitude representa um genuíno reconhecimento de que é essencial conservar a biodiversidade e os ecossistemas – e de que a sociedade pode, em integração com o poder público, exercer um papel muito importante nesse sentido. Por meio do engajamento de pessoas físicas e jurídicas em sua criação e gestão, as RPPNs permitem a participação nos esforços de conservação da natureza, contribuindo significativamente para o aumento das áreas protegidas no país.

Na esfera municipal, o reconhecimento das RPPNs tem um grande potencial para fortalecer esse regime de proteção, com destaque para a implementação de programas locais de apoio e incentivo à criação e manutenção das reservas. Por sua vez, as estratégias adotadas na gestão das RPPNs municipais podem contribuir não apenas para sua sustentabilidade, mas também para o desenvolvimento e a qualidade de vida da população nos municípios e regiões onde se inserem.

A fim de colaborar para a disseminação de conhecimentos e boas práticas relacionadas ao tema, esta publicação elenca uma série de mecanismos adotados por municípios para apoiar as RPPNs e descreve casos de sucesso na gestão dessas reservas em quatro localidades do país. O documento faz parte de um conjunto de produtos que engloba a *série de podcasts **Iniciativas Municipais sobre Reservas Particulares do Patrimônio Natural*** e as *gravações do webinar* de mesmo nome, realizado durante o III Fórum Brasil de Gestão Ambiental (FBGA), em outubro de 2021. O material se destina principalmente a pessoas e instituições que possuem, gerenciam ou desejam constituir uma RPPN, bem como a profissionais que atuam com o tema na administração municipal.

Os trabalhos foram desenvolvidos no âmbito do projeto “Áreas protegidas e outras medidas de conservação baseadas em áreas em nível dos governos locais”, implementado no Brasil, Colômbia, Equador e Peru pela *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH*, pelo ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade e pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). O projeto é financiado pela Iniciativa Internacional para o Clima (IKI) do Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Segurança Nuclear e Defesa do Consumidor (BMUV) da Alemanha.

SUMÁRIO

4 RPPNS MUNICIPAIS NO BRASIL

8 MECANISMOS DE APOIO A RPPNS NOS MUNICÍPIOS

14 EXPERIÊNCIAS E BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO

31 REFERÊNCIAS

RPPNS MUNICIPAIS NO BRASIL

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é um tipo de Unidade de Conservação (UC) criada em área privada rural ou urbana, por iniciativa do proprietário ou da proprietária, reconhecida pelo órgão público competente e gravada com perpetuidade na matrícula do imóvel, com o objetivo principal de proteger a biodiversidade. A categoria integra o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído em 2000, que organiza e determina as formas de uso e gestão das UCs no Brasil. A figura da RPPN, no entanto, foi criada já em 1990, pela necessidade de se estabelecer um mecanismo mais bem definido, com regulamentação mais detalhada, em relação a formatos anteriores para as áreas protegidas privadas no país (ICMBio, 2011).

As RPPNs apresentam índices altamente positivos para a conservação, principalmente se considerado o seu custo-benefício e a facilidade com que são criadas (ICMBio, 2012). Hoje, tais reservas participam de forma determinante na preservação de amostras representativas dos ecossistemas brasileiros. Além de assegurar a conservação de espécies, elas contribuem para a proteção de mananciais hídricos, que garantem a provisão de água, e para a manutenção de muitos outros serviços ecossistêmicos, como o controle climático e a contenção de encostas.

Em 2021, o Brasil atingiu a marca de 1.729 RPPNs implantadas, com mais de 800 mil hectares de superfície protegida em terras particulares, sendo 721 reservas instituídas no âmbito federal, 922 no âmbito estadual e 86 no âmbito municipal¹. Entre as unidades



*A presença das RPPNs é de especial importância em regiões muito impactadas pelas atividades humanas, como no meio urbano, onde restam apenas pequenos remanescentes dos biomas originais.
(Foto: Tiago Zenero/GIZ Brasil)*

criadas na esfera federal, há duas que também são reconhecidas no nível municipal: a RPPN Dr. Daisaku Ikeda e a RPPN Laço de Amor, situadas em Manaus (AM). Com isso, totalizam-se 88 RPPNs reconhecidas até 2021 em municípios brasileiros.

Cabe notar que a criação das reservas no nível municipal, assim como no estadual, depende da existência de legislação específica nessas esferas administrativas. Ao todo, quase 30 municípios brasileiros já estabeleceram legislações sobre o tema², a começar por Bauru (SP), que instituiu sua regulamentação em 2001 (INEA, 2018). Entretanto, apenas 12 já reconheceram RPPNs municipais em seus territórios³. A primeira delas, a Reserva Honda, foi fundada no ano de 2006, em Manaus (AM). O mapa a seguir mostra o panorama atual das RPPNs no nível municipal.

¹ Fonte: Confederação Nacional de RPPNs (novembro de 2021).

² Fonte: Levantamento próprio (novembro de 2021).

³ Fonte: Confederação Nacional de RPPNs (novembro de 2021).

RPPNS MUNICIPAIS: VISÃO GERAL NO TERRITÓRIO NACIONAL

28

municípios com
legislações sobre
o tema

88

RPPNs
reconhecidas na
esfera municipal



Passa o mouse
sobre o mapa para
ver as informações
de cada estado.

Os dados demonstram que há avanços, mas também oportunidades para a expansão das RPPNs municipais no Brasil. Um dos aspectos favoráveis para tanto é que, nessa esfera, o processo para o reconhecimento das reservas pode ser mais ágil. Vale notar que, a princípio, não existe diferença entre RPPNs estabelecidas no âmbito federal, estadual ou municipal, cabendo à pessoa ou instituição que deseja criá-las decidir em qual esfera de governo pretende que seja feito o reconhecimento. Entre os fatores que podem influenciar nessa decisão estão a facilidade de acesso ao órgão público e à equipe técnica responsável, a proximidade da RPPN a outras UCs e a infraestrutura institucional de apoio ao proprietário ou à proprietária e à gestão da reserva (Souza e Fonseca, 2018).

Por sua vez, o aumento das RPPNs traz uma série de benefícios para os municípios, que se somam à melhoria da qualidade ambiental como um todo. Entre esses pontos, destacam-se os seguintes:

O desenvolvimento de pesquisas científicas e atividades de educação ambiental propiciam, também, o estabelecimento de parcerias e a integração entre órgãos públicos de fiscalização ambiental e outras instituições.

As atividades realizadas nas RPPNs, como a visitação pública, podem fortalecer a economia local de forma direta e indireta, gerando oportunidades de trabalho e empreendimento, aumentando a arrecadação de impostos e trazendo, igualmente, mais investimentos para os municípios.

Com um número maior de RPPNs, os municípios contam com mais áreas verdes e espaços de lazer e convívio social, o que é importante para a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida da população.

As reservas também podem contribuir para a formação de cinturões e corredores verdes, ligando UCs e outras áreas protegidas.

A ampliação das áreas sob proteção colabora, ainda, para o cumprimento de metas de convenções internacionais das quais o Brasil é signatário, o que dá visibilidade positiva aos municípios, atraindo investimentos.



Dada a relevância das RPPNs para suas localidades, variadas formas de apoio financeiro têm sido buscadas nos municípios para possibilitar a criação de mais reservas e colaborar para sua sustentabilidade. A próxima seção da publicação elenca alguns desses mecanismos e traz recomendações gerais para a implantação de programas municipais voltados às RPPNs.

Na seção seguinte, são detalhadas as experiências de quatro reservas reconhecidas na esfera municipal em distintas regiões do país, evidenciando boas práticas de gestão adotadas em cada uma, bem como algumas das contribuições promovidas por elas para a conservação ambiental, o desenvolvimento local e o crescimento das RPPNs municipais.



PARA SABER MAIS:



ESTADO DA ARTE DAS RPPNS NO BRASIL

Primeiro episódio da série de podcasts *Iniciativas Municipais sobre Reservas Particulares do Patrimônio Natural*, em que são abordados tópicos como os procedimentos para a criação das reservas, as atividades que podem ser realizadas nas mesmas e sua importância para os municípios em diferentes aspectos.

Lei Federal nº 9.985/2000

Cria o SNUC e dá outras providências.

Decreto Federal nº 5.746/2006

Regulamenta o artigo 21 da Lei nº 9.985/2000, referente à categoria das RPPNs.

Decreto Federal nº 4.340/2022

Regulamenta artigos da Lei nº 9.985/2000 e dá outras providências.



MECANISMOS DE APOIO A RPPNS NOS MUNICÍPIOS

Por meio do poder público, em suas três esferas, diferentes tipos de incentivos e benefícios podem ser concedidos às RPPNs, que têm um potencial importante para auxiliar na sua manutenção e fomentar a constituição de novas reservas. No âmbito federal, algumas das formas de apoio existentes são a isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), prevista pelo Decreto Federal nº 5.746/2006, a prioridade na análise de projetos financiados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), gerenciado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), e a preferência na análise do pedido de concessão de crédito agrícola para propriedades que tiverem RPPNs em seu perímetro.

No nível municipal, destaca-se, por exemplo, a possibilidade de oferecer às RPPNs a dispensa parcial ou total do pagamento de impostos locais. Há, também, instrumentos para o repasse de recursos da esfera estadual que, nos municípios, podem ser destinados às reservas. A seguir, são descritos quatro mecanismos de apoio às RPPNs adotados por diferentes municípios no Brasil, estabelecidos por legislações específicas estaduais e municipais, e os procedimentos indicados para a constituição de programas com foco no reconhecimento e na expansão dessas UCs.

**ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL
E TERRITORIAL URBANO (IPTU)**

**ICMS ECOLÓGICO
OU VERDE**

**PAGAMENTO POR SERVIÇOS
AMBIENTAIS (PSA)**

**CONCESSÃO DE CRÉDITO DO
POTENCIAL CONSTRUTIVO**

**RECOMENDAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO
DE PROGRAMAS MUNICIPAIS DE RPPNS**



ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU)

No caso de propriedades situadas em zonas urbanas, pode ser concedida pelo poder público municipal a isenção do IPTU. Em alguns municípios, como Manaus (AM) e Rio Claro (RJ), a legislação que se refere ao reconhecimento das RPPNs oferece essa possibilidade como forma de incentivo à criação dessas unidades.



O ESTADO DA ARTE DAS RPPNS NO MUNICÍPIO DE MANAUS (AM)

Apresentação realizada no webinar Iniciativas Municipais sobre Reservas Particulares do Patrimônio Natural, que traz mais detalhes sobre a isenção do IPTU para RPPNs em Manaus e trata, também, de outros mecanismos de apoio constituídos no município.



PARA SABER MAIS:



Lei Municipal nº 886/2005

Dispõe sobre a criação e o reconhecimento das RPPNs no município de Manaus (AM).

Lei Municipal nº 486/2010

Institui a categoria das RPPNs no município de Rio Claro (RJ).



ICMS ECOLÓGICO OU VERDE

Com recursos oriundos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o ICMS Ecológico ou Verde é visto como um dos mais importantes instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável, sendo um meio encontrado pelos municípios para apoiar as RPPNs. Esse é o caso de Varre-Sai (RJ): a legislação municipal sobre o tema, baseada na Lei Estadual nº 5.100/2007 e no Decreto Estadual nº 41.844/2009, determina que as RPPNs reconhecidas pelo município poderão receber recursos do Fundo Municipal de Defesa Ambiental e do ICMS Verde repassado pelo governo estadual, com o intermédio de organizações ambientalistas.



O ESTADO DA ARTE DAS RPPNS NO MUNICÍPIO DE VARRE-SAI (RJ)

Apresentação realizada no webinar Iniciativas Municipais sobre Reservas Particulares do Patrimônio Natural, que descreve a experiência de Varre-Sai em relação ao repasse do ICMS Verde e ressalta o papel das parcerias firmadas com instituições estaduais para alavancar o reconhecimento das RPPNs na esfera municipal.



PARA SABER MAIS:



Valorização dos Parques e Reservas: ICMS Ecológico e as Unidades de Conservação Municipais da Mata Atlântica

Fundação SOS Mata Atlântica (2019)



Lei Municipal nº 570/2010
Dispõe sobre os procedimentos para a criação e o reconhecimento de RPPNs em Varre-Sai (RJ).



PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA)

Conforme definido pela Lei Federal nº 14.119/2021, que estabelece a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), o PSA é uma transação de natureza voluntária, mediante a qual um pagador de serviços ambientais transfere a um provedor desses serviços recursos financeiros ou outra forma de remuneração, nas condições acertadas, respeitadas as disposições legais e regulamentares pertinentes. Vale destacar que tal política, instituída no ano de 2021, inclui as RPPNs entre as categorias prioritárias para o recebimento de recursos.

Em Rio Claro (RJ), por exemplo, esse é um mecanismo adotado para apoiar as RPPNs, por meio do programa de PSA instituído no município. Em Itamonte (MG), o repasse de recursos por esse mecanismo, como parte de um programa municipal de apoio às RPPNs, está em processo de regulamentação.



PARA SABER MAIS:



O ESTADO DA ARTE DAS RPPNS NO MUNICÍPIO DE ITAMONTE (MG)

Apresentação realizada no webinar Iniciativas Municipais sobre Reservas Particulares do Patrimônio Natural, que aborda os avanços relacionados ao tema no município.



Lei Federal nº 14.119/2021

Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.

Lei Municipal nº 760/2014

Cria o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais de Rio Claro (RJ).

Decreto Municipal nº 2.228/2016

Cria o Projeto Produtores de Água e Floresta (PAF), integrante do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais de Rio Claro (RJ).



CONCESSÃO DE CRÉDITO DO POTENCIAL CONSTRUTIVO

Implantado em Curitiba (PR), esse instrumento possibilita a proprietários e proprietárias de RPPNs a transferência e comercialização do potencial construtivo dessas áreas. Por meio dele, é permitido alienar (vender, doar ou ceder), total ou parcialmente, o direito de construir no terreno, para que seja utilizado em outro imóvel no mesmo município. O mecanismo constitui uma iniciativa pioneira para ampliar os incentivos ao reconhecimento e à manutenção de RPPNs municipais.



O ESTADO DA ARTE DAS RPPNS NO MUNICÍPIO DE CURITIBA (PR)

Apresentação realizada no webinar Iniciativas Municipais sobre Reservas Particulares do Patrimônio Natural, que traz mais detalhes sobre este e outros incentivos às RPPNs adotados no município.



PARA SABER MAIS:



Potencial Construtivo
Página da Prefeitura Municipal de Curitiba (PR) com informações sobre as normas referentes ao tema.

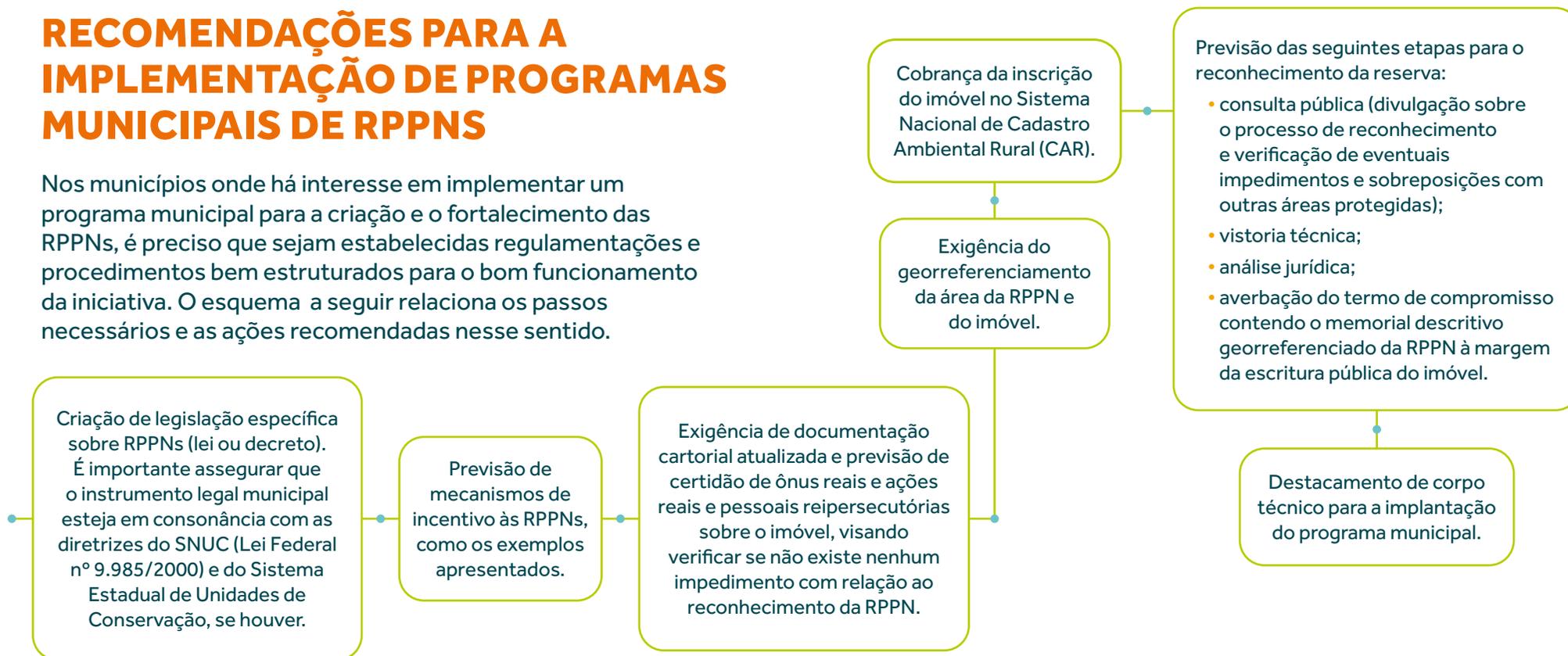


Decreto Municipal nº 1.850/2012
Estabelece as condições para a concessão e transferência do potencial construtivo em Curitiba (PR).



RECOMENDAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS MUNICIPAIS DE RPPNS

Nos municípios onde há interesse em implementar um programa municipal para a criação e o fortalecimento das RPPNs, é preciso que sejam estabelecidas regulamentações e procedimentos bem estruturados para o bom funcionamento da iniciativa. O esquema a seguir relaciona os passos necessários e as ações recomendadas nesse sentido.



PARA SABER MAIS:



RPPN Municipal: roteiro para o reconhecimento de Reserva Particular do Patrimônio Natural

Fundação SOS Mata Atlântica (2018)



PROGRAMAS MUNICIPAIS DE RPPNS: POR ONDE COMEÇAR?

Segundo episódio da série de podcasts *Iniciativas Municipais sobre Reservas Particulares do Patrimônio Natural*, em que são explicados os procedimentos necessários para a implementação desse tipo de programa, com menção a alguns dos mecanismos de apoio que podem ser estabelecidos nesse contexto e aos benefícios que eles podem proporcionar aos municípios.

EXPERIÊNCIAS E BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO

Na sequência, são apresentados os exemplos de quatro RPPNs municipais situadas em diferentes regiões do país. Os casos ilustram soluções encontradas para viabilizar a criação e a manutenção das reservas e para fortalecer seus processos de gestão, como a constituição de parcerias, o acesso a programas de apoio técnico e financeiro e a promoção de atividades voltadas ao uso público dessas áreas, de acordo com as possibilidades previstas em lei.

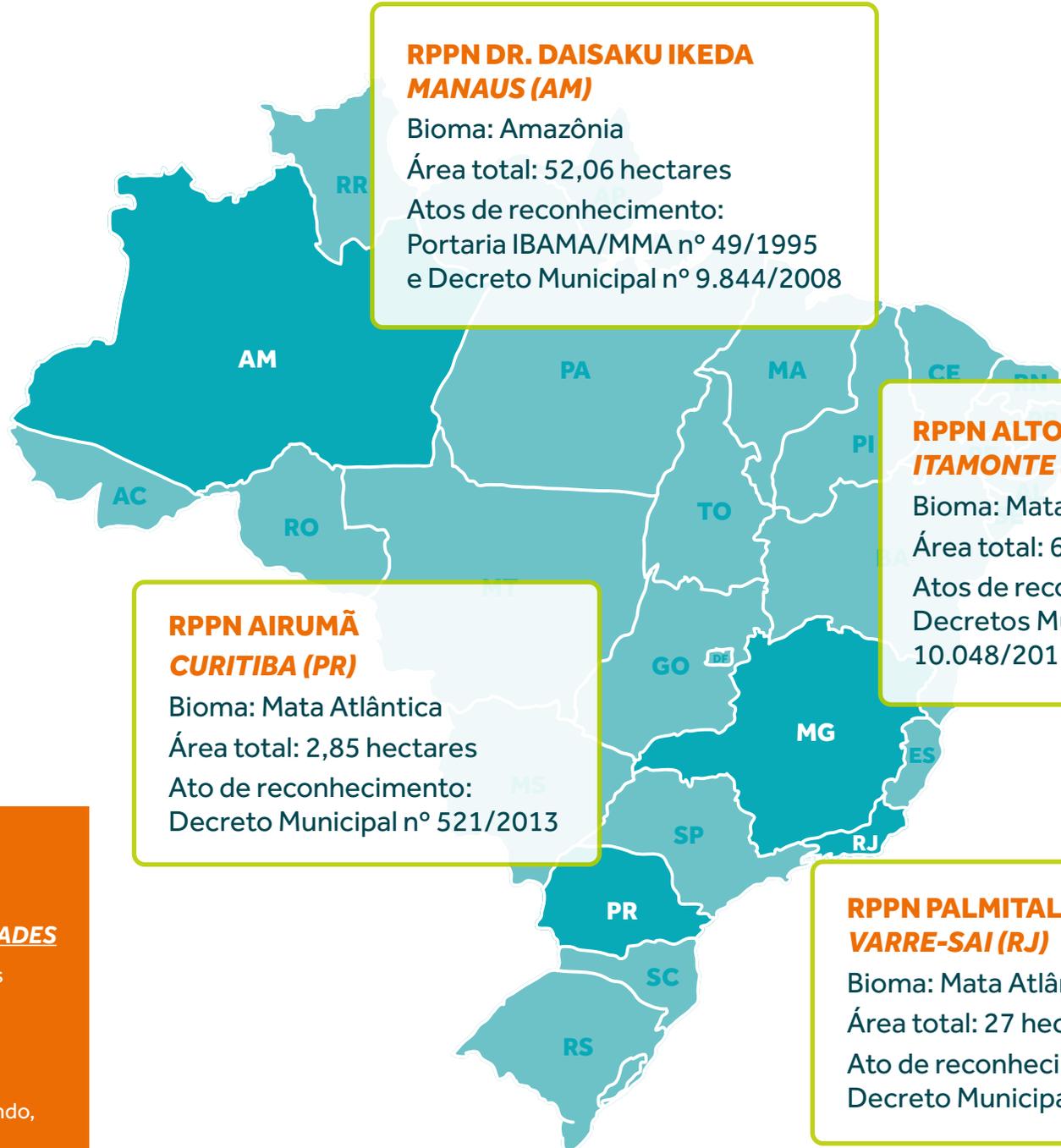
Vale observar que, pelas diretrizes estabelecidas na legislação nacional, é permitida nas RPPNs a realização de atividades com fins científicos, educacionais, turísticos e recreativos, que devem estar previstas no Plano de Manejo das reservas. Além de colaborar para o alcance de objetivos de conservação, essas atividades se caracterizam como boas práticas de gestão por serem capazes de contribuir para a sustentabilidade financeira das RPPNs e para o desenvolvimento sustentável nos municípios e nas regiões onde

elas se inserem. Entre os casos apresentados, destacam-se os seguintes tipos de atividades que aliam ações conservacionistas com a geração de renda:

- Visitação com foco em educação ambiental.
- Ecoturismo e turismo de aventura.
- Serviços de hospedagem.

As experiências descritas também evidenciam avanços e contribuições proporcionados pelas reservas em diferentes aspectos. Sobretudo, os relatos mostram histórias de dedicação e comprometimento com a conservação da biodiversidade, marcadas pelos esforços empreendidos por pessoas e instituições para ampliar as áreas protegidas como RPPNs em todo o país.

Clique na RPPN escolhida para ir direto para a página com as informações.



**RPPN DR. DAISAKU IKEDA
MANAUS (AM)**
Bioma: Amazônia
Área total: 52,06 hectares
Atos de reconhecimento:
Portaria IBAMA/MMA nº 49/1995
e Decreto Municipal nº 9.844/2008

**RPPN ALTO MONTANA
ITAMONTE (MG)**
Bioma: Mata Atlântica
Área total: 672 hectares
Atos de reconhecimento:
Decretos Municipais nº
10.048/2012 e nº 10.074/2012

**RPPN AIRUMÃ
CURITIBA (PR)**
Bioma: Mata Atlântica
Área total: 2,85 hectares
Ato de reconhecimento:
Decreto Municipal nº 521/2013

**RPPN PALMITAL
VARRE-SAI (RJ)**
Bioma: Mata Atlântica
Área total: 27 hectares
Ato de reconhecimento:
Decreto Municipal nº 255/2012

**PARA
SABER
MAIS:**

 **IMPLANTAÇÃO DE RPPNS MUNICIPAIS: OPORTUNIDADES, DESAFIOS E DIFICULDADES**

Terceiro episódio da série de podcasts *Iniciativas Municipais sobre Reservas Particulares do Patrimônio Natural*, que trata de possíveis atividades e negócios capazes de colaborar para a sustentabilidade das reservas, discutindo, entre outros exemplos, os casos das RPPNs Airumã e Alto Montana.

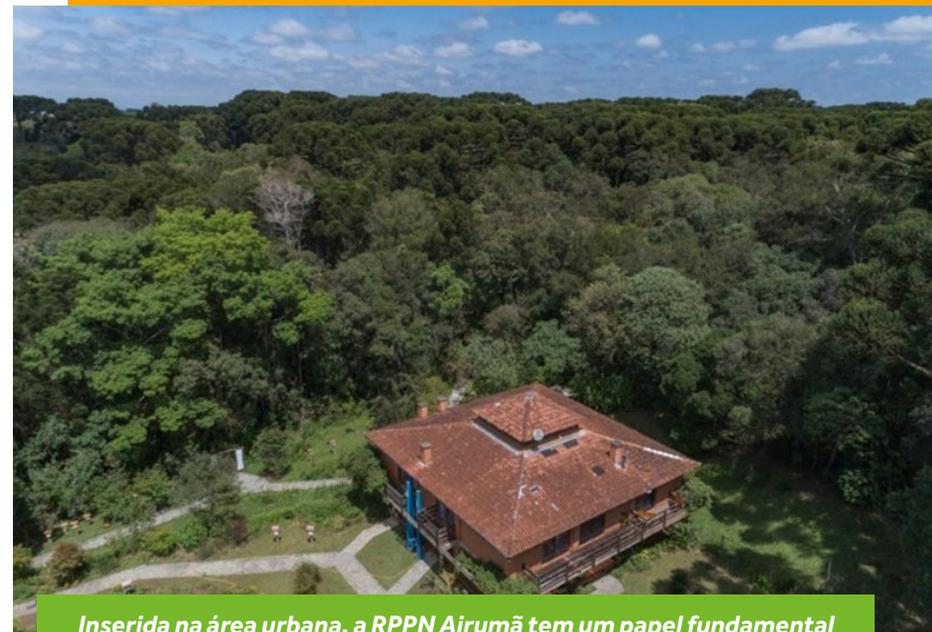


RPPN AIRUMÃ CURITIBA (PR)

O que move um proprietário de uma extensa área nativa, numa grande cidade, a transformar para todo o sempre sua propriedade, de alto valor no mercado, em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural? No nosso caso, simplesmente amor, reconhecimento e respeito! Amor à natureza e a sabedoria interna de reconhecer que é dela que vem tudo, absolutamente tudo de que precisamos para viver. Que incontáveis e imensuráveis serviços ecossistêmicos ela nos propicia! É mais do que urgente, é já caso de emergência máxima preservarmos o pouco que ainda temos desta natureza tão generosa para podermos ter mínimas chances de uma vida digna nos árduos e desafiadores tempos que enfrentaremos cada vez mais!

Terezinha Vareschi

Proprietária da RPPN Airumã



*Inserida na área urbana, a RPPN Airumã tem um papel fundamental na proteção dos remanescentes florestais de Curitiba.
(Foto: Acervo da RPPN Airumã)*

Localizada entre outras áreas privadas com vegetação nativa, a RPPN Airumã se situa no entorno do Parque Municipal Tingui, onde se encontra um dos últimos remanescentes florestais significativos na cidade de Curitiba. Com isso, a reserva integra um corredor ecológico que propicia o fluxo de espécies e a preservação da biodiversidade da região, altamente ameaçada pela fragmentação, em meio à expansão urbana e à crescente implantação de infraestruturas como rodovias e linhas de transmissão.



Atividades

A reserva é aberta à visitação de grupos com agendamento prévio, tendo como foco atividades de educação ambiental. O trabalho de recepção do público faz parte de um programa estabelecido pela RPPN, chamado Caminho da Floresta. Diferentes tipos de vivências e visitas guiadas são oferecidos no local, que conta com um jardim sensorial, um meliponário de abelhas nativas sem ferrão e trilhas interpretativas, incluindo uma trilha de passarela com acessibilidade, que permite atender pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

O principal público contemplado é o de estudantes e profissionais da educação das redes pública e privada. A prioridade são os grupos dos primeiros anos escolares, para que a sensibilização sobre a importância de preservar a natureza ocorra desde cedo. Também são recepcionados na RPPN grupos de estudantes do ensino superior e de professoras e professores, que a utilizam para a realização de aulas de campo e pesquisas científicas.

A reserva dispõe, ainda, de um centro de visitantes, com espaço para promover reuniões, oficinas, capacitações e outros tipos de eventos. Dessa forma, a RPPN recebe representantes de organizações ambientalistas e do poder público, por exemplo, além de grupos interessados na contemplação da natureza e no turismo de saúde, para práticas como o banho de floresta.



Com estruturas adaptadas para a acessibilidade, o espaço da RPPN permite a realização de uma variedade de vivências com diversos públicos. (Fotos: Acervo da RPPN Airumã)

As atividades realizadas na reserva, voltadas principalmente a grupos escolares, permitem conhecer de perto a biodiversidade local. (Fotos: Acervo da RPPN Airumã)





Parcerias, apoios e incentivos

Na reserva também funciona a sede da Associação dos Protetores de Áreas Verdes do Paraná (APAVE)⁴, composta por proprietários e proprietárias de RPPNs e por pessoas que trabalham na gestão dessas UCs. Desde sua origem, a associação vem atuando para fortalecer a categoria, por meio de ações como a articulação com a Prefeitura de Curitiba para estabelecer novos incentivos e benefícios às RPPNs e o apoio ao reconhecimento e à gestão de novas reservas privadas na região.

A constituição de parcerias foi fundamental desde a implantação da RPPN, que teve o apoio do Programa Condomínio da Biodiversidade (ConBio), promovido pela Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS). Para a elaboração do Plano de Manejo da reserva, os principais parceiros foram a Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza e a Sociedade Chauá. A implementação das estruturas de visitação, por sua vez, foi feita em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica e a organização Mater Natura.



*Sediada na reserva, a APAVE articula esforços em prol das RPPNs em todo o estado do Paraná.
(Foto: Acervo da RPPN Airumã)*

⁴ Originalmente denominada Associação dos Protetores de Áreas Verdes de Curitiba e Região Metropolitana, a APAVE expandiu-se ao longo dos anos, passando a abranger todo o estado do Paraná.



Avanços e contribuições

Por meio da mobilização da APAVE e da articulação com o poder público, a reserva tem contribuído para a expansão e o fortalecimento das RPPNs municipais como um todo. Vale destacar que aproximadamente 75% dos remanescentes florestais de Curitiba estão situados em propriedades particulares, o que demonstra a importância dos incentivos à manutenção dessas áreas.

Da mesma forma, o trabalho realizado com a comunidade acadêmica vem colaborando para a construção de conhecimentos relevantes não apenas para a proteção da biodiversidade, mas também para a gestão de RPPNs. Alguns dos temas abordados em pesquisas na reserva foram os seguintes:

- viabilidade econômica de empreendimentos sustentáveis;
- efetividade de manejo e instrumentos de incentivo à criação de RPPNs;
- regeneração natural de espécies da família botânica Myrtaceae (a mesma das pitangueiras e jaboticabeiras), com o estudo de espécies locais como cambuí (*Myrciaria tenella*), guapiú-tinga (*Myrceugenia miersiana*) e guamirim-ferro (*Myrcia hatschbachii*).

Por meio das atividades realizadas no local, outra contribuição importante é a divulgação da própria figura das RPPNs e de sua relevância. Um fato que permite observar isso é que parte significativa do público toma conhecimento desse tipo de UC ao visitar a reserva.

+ PARA SABER MAIS:



***RPPN AIRUMÃ (PR):
OPORTUNIDADES,
DESAFIOS E PERSPECTIVAS***



***O ESTADO DA ARTE DAS
RPPNS NO MUNICÍPIO DE
CURITIBA (PR)***

Apresentações realizadas no webinar Iniciativas Municipais sobre Reservas Particulares do Patrimônio Natural.



facebook.com/ecoairuma



airumaestacaoambiental.blogspot.com



RPPN ALTO MONTANA ITAMONTE (MG)

A criação da RPPN só foi possível graças a um sonho de infância do Roberto, atual proprietário, de ter uma propriedade preservada e com muita água, pois desde jovem, ele tinha o entendimento de que a água seria um recurso natural escasso e algo precisava ser feito para a manutenção da quantidade e qualidade desse recurso tão fundamental à vida no planeta Terra, para a atual e as futuras gerações.

Paulo Luis Lima Pêgas

Diretor-Executivo do Instituto Alto Montana da Serra Fina



*Da reserva, é possível ver as montanhas e as grandes extensões de vegetação que caracterizam a região.
(Foto: Acervo da RPPN Alto Montana)*

A RPPN Alto Montana se encontra na porção mais alta da Serra da Mantiqueira, entre cinco dos dez maiores picos do Brasil. Dada a presença de importantes remanescentes da Mata Atlântica, a região abrange diversas áreas protegidas, entre as quais se situa a reserva. Além de estar inserida na Área de Proteção Ambiental Federal da Serra da Mantiqueira, ela se localiza na área de abrangência do Parque Nacional do Itatiaia, do Parque Estadual da Serra do Papagaio, da Floresta Nacional de Passa Quatro, da RPPN Pedra da Mina e do Monumento Natural Municipal da Pedra do Picu.

Formalmente constituída por duas UCs (Alto Montana I e II), a reserva foi a primeira RPPN estabelecida no nível municipal em Itamonte. Seu território abriga uma vasta biodiversidade, bem como 17 nascentes permanentes de água mineral potável. A gestão da unidade é feita pelo Instituto Alto Montana da Serra Fina.



Atividades

Os objetivos da RPPN compreendem o desenvolvimento de pesquisas e a promoção de atividades relacionadas à educação, bem como a visitação turística, voltada aos vários atributos naturais presentes no local. Para tanto, foram implantados na reserva equipamentos destinados à prática de esportes, à contemplação da natureza e à realização de vivências científicas e educativas. Para a oferta de serviços de hospedagem, foram aproveitadas edificações que já existiam na propriedade.

Algumas das atividades que podem ser feitas pelo público visitante são caminhadas, corridas de montanha, voo livre (parapente e asa-delta), *mountain bike* MTB (XCO, XCM e *Downhill*), passeios em veículos 4x4 e quadriciclo, *slackline*, *highline*, *cascading*, ioga e observação de aves. A RPPN engloba, ainda, parte da trilha para a Travessia da Serra Fina, que atrai pessoas de diferentes localidades interessadas nesse tipo de prática.

Devido a suas características, o território da reserva também possibilita relevantes aprendizados sobre a Floresta Atlântica de Altitude, a partir de estudos realizados em parceria com a comunidade científica brasileira e do exterior. Nesse sentido, por meio da RPPN, também são promovidas ações para a disseminação de conhecimentos, como cursos e eventos científicos.



Construído na década de 1950, o conjunto de prédios onde anteriormente funcionava um hotel é utilizado para a oferta de hospedagem no local. (Foto: Acervo da RPPN Alto Montana)

O potencial da área para a realização de esportes na natureza é um dos atrativos que motivaram o desenvolvimento da visitação turística na reserva. (Fotos: Acervo da RPPN Alto Montana)





Parcerias, apoios e incentivos

As parcerias já firmadas para a realização de pesquisas na reserva envolvem diversas universidades públicas e privadas. Entre elas estão a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), o Grupo Educacional UNIS e as Universidades Federais de Lavras (UFLA), de Minas Gerais (UFMG), do Paraná (UFPR) e de Juiz de Fora (UFJF). Isso possibilitou, até 2021, a produção de mais de 80 trabalhos científicos, que foram organizados em um banco de dados disponível para consulta no [site da RPPN](#).

Além de contribuir para a expansão do conhecimento sobre a biodiversidade protegida nos ecossistemas locais, tais parcerias permitiram gerar dados que subsidiaram a elaboração do Plano de Manejo da reserva, integrado com o plano de uso sustentável da propriedade como um todo.

A produção do Plano de Manejo teve o apoio financeiro do Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica, promovido pela Fundação SOS Mata Atlântica, pela Conservação Internacional e pela *The Nature Conservancy*. De 2014 a 2019, a RPPN também recebeu recursos do governo estadual, por meio do Programa Bolsa Verde, que concede incentivos financeiros a propriedades rurais que preservam áreas necessárias à proteção das formações ciliares e à recarga de aquíferos.

A partir de um trabalho de articulação realizado com a Prefeitura de Itamonte, está prevista, ainda, a implementação de um mecanismo que permitirá repassar à RPPN uma parcela do ICMS Ecológico que ela gera para o município. O repasse deve ocorrer via Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), como parte de um programa municipal de incentivo e fortalecimento da sustentabilidade financeira das UCs inseridas no município.

As atividades da reserva foram planejadas considerando as oportunidades de uso sustentável identificadas em seu território.
(Foto: Acervo da RPPN Alto Montana)



O repasse de recursos para apoio à manutenção das RPPNs é um tema com o qual a gestão da reserva vem trabalhando em diálogos com o poder público municipal.
(Foto: Acervo da RPPN Alto Montana)





Avanços e contribuições

Em suas diversas frentes de ação, a reserva tem colaborado para a consolidação de mecanismos que possibilitam a sustentabilidade das RPPNs e, ao mesmo tempo, para o crescimento da economia local. Além de gerar receita para a propriedade, as atividades turísticas ofertadas atraem visitantes, investimentos e novos negócios para a região, gerando empregos e renda de forma direta e indireta. A RPPN também proporciona visibilidade ao município, associada a temas como proteção da biodiversidade, turismo de montanha e educação ambiental, colaborando com a gestão pública na promoção do desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, as pesquisas realizadas no local proporcionam avanços para o conhecimento e a conservação da biodiversidade. Por meio delas, já foram registradas 284 espécies de aves, 51 de formigas, 44 de mamíferos não voadores, 24 de morcegos, 185 de borboletas e mariposas e mais 52 de outros invertebrados. Constatou-se, também, que a RPPN abriga espécies vulneráveis ou ameaçadas de extinção, de acordo com as listas oficiais do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), como pixoxó (*Sporophila frontalis*), canelinho-de-chapéu-preto (*Piprites pileata*), lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), onça-parda (*Puma concolor*), bacurau-tesoura-gigante (*Hydropsalis forcipata*) e gavião-pega-macaco (*Spizaetus tyrannus*).

+ PARA SABER MAIS:



RPPN ALTO MONTANA (MG): OPORTUNIDADES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS



O ESTADO DA ARTE DAS RPPNS NO MUNICÍPIO DE ITAMONTE (MG)

Apresentações realizadas no webinar Iniciativas Municipais sobre Reservas Particulares do Patrimônio Natural.



[@instituto_altomontana](https://www.instagram.com/instituto_altomontana)



Plano de Manejo

RPPN Alto Montana



institutoaltomontana.org



RPPN PALMITAL VARRE-SAI (RJ)

A preservação da Mata Atlântica é de suma importância para a manutenção das nascentes. Com a preservação da mata e o seu enriquecimento com espécies nobres e frutíferas, nos últimos anos, também temos observado o aumento da quantidade de pássaros e de outros animais no local, inclusive de espécies que não mais eram vistas na região.

Ricardo Cosentino dos Santos
Proprietário da RPPN Palmital



*A preservação da água faz parte do trabalho de conservação desempenhado pela reserva, que abriga diversas nascentes, além do ribeirão que leva o nome do município.
(Foto: Acervo da RPPN Palmital)*

A RPPN Palmital é uma das diversas áreas protegidas privadas existentes em Varre-Sai, reconhecidas tanto na esfera municipal quanto na estadual. A região se caracteriza como um cenário importante para a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, abrigando áreas com grande potencial de conectividade florestal. O território da reserva, distribuído em três fragmentos, é cortado pelo Ribeirão Varre-Sai.



Atividades

A RPPN desenvolve ações para a proteção e recuperação florestal e para a produção de conhecimentos preliminares sobre a fauna local. O trabalho de recuperação de trechos degradados da Mata Atlântica é feito com o plantio de espécies nativas, englobando também o entorno da reserva. Um dos objetivos dessa medida é aumentar a disponibilidade de alimento e abrigo para a fauna, utilizando árvores frutíferas e espécies consideradas nobres, como jatobás, braúnas, ingás e goiabeiras. A ação também contribui para a conectividade da reserva com áreas vizinhas, por meio da formação de corredores florestais que podem favorecer o fluxo gênico de espécies da fauna e da flora. Após o plantio, o estabelecimento das mudas é acompanhado, observando-se a necessidade de manutenção, coroamento e replantio. As mudas utilizadas são, na maior parte, produzidas na própria fazenda onde se localiza a RPPN, a partir de sementes coletadas no entorno ou recebidas por doação.

A reserva também foi cadastrada como área para soltura de animais nativos resgatados ou recuperados em ações de fiscalização do órgão ambiental municipal. Além de colaborar com a destinação desses animais, a iniciativa tem como propósito enriquecer a fauna local.

Todas as atividades são feitas de forma voluntária pelo proprietário da reserva e por pessoas colaboradoras. A rotina de proteção da área inclui a vigilância e o monitoramento para observar suas condições de integridade e eventuais ameaças, como riscos de incêndios e vestígios de invasão, caça, captura de aves e roubo de palmito.

*Com foco na proteção da flora e da fauna local, as atividades de recuperação florestal se estendem ao entorno da reserva.
(Foto: Acervo da RPPN Palmital)*





Parcerias, apoios e incentivos

Os custos de criação da reserva foram cobertos com a participação no Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica, promovido pela Fundação SOS Mata Atlântica, pela Conservação Internacional e pela *The Nature Conservancy*. Os dados de fauna e flora usados na caracterização e justificativa da importância da área foram obtidos por levantamentos secundários de UCs existentes na região. Todavia, há a intenção de atrair pesquisas para a RPPN no futuro próximo, inclusive para a elaboração de seu Plano de Manejo, em possíveis parcerias com instituições como a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), que se localiza em Campos dos Goytacazes (RJ), na região de Varre-Sai.

Durante quatro anos, a RPPN também recebeu repasses financeiros do ICMS Verde do município, posteriormente suspensos pelo governo municipal. Nesse sentido, vem sendo realizado um diálogo com a Prefeitura de Varre-Sai, juntamente com representantes de outras reservas locais, para que esses recursos voltem a ser destinados às RPPNs.

De modo a ampliar as áreas com mata nativa na região, o proprietário da reserva também tem incentivado outras pessoas na vizinhança a criarem RPPNs, ressaltando a importância de preservar essas áreas, com destaque para a recuperação e a manutenção de nascentes. Um exemplo mencionado nessas ações se refere a uma situação vivenciada na própria região: quando esta foi atingida por uma grande seca, que deixou diversas propriedades sem água, as nascentes da RPPN se mantiveram em plena atividade.

As áreas conservadas pela reserva e demais UCs da região geram importantes benefícios ambientais e econômicos para o município.
(Foto: Acervo da RPPN Palmital)



Avanços e contribuições

Segundo o proprietário, com o trabalho de preservação e restauração da mata, a RPPN teve sua capacidade de suporte à fauna e de proteção dos recursos hídricos ampliada. Assim, a reserva vem colaborando para o equilíbrio ambiental na região, assim como para a qualidade de vida da população e o desenvolvimento local. Junto com as outras UCs existentes no município, ela proporciona um ativo ambiental que contribui tanto para pontuação no programa estadual de ICMS Verde, garantindo um maior repasse de recursos ao orçamento municipal, quanto para demais formas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) que possam ser aplicadas em Varre-Sai.



**PARA
SABER
MAIS:**



**O ESTADO DA ARTE DAS
RPPNS NO MUNICÍPIO
DE VARRE-SAI (RJ)**

Apresentação realizada no webinar Iniciativas Municipais sobre Reservas Particulares do Patrimônio Natural.



RPPN DR. DAISAKU IKEDA MANAUS (AM)

Nós temos imensa alegria em poder, de alguma forma, contribuir para as pesquisas científicas que, entre diversos temas, também contribuem para a conservação ambiental do bioma Amazônia, pois esse é um dos grandes objetivos pelos quais o nosso fundador, Dr. Daisaku Ikeda, se propôs a criar esta RPPN. Outro grande tema que temos desenvolvido em pesquisas é a educação ambiental, pois a área de educação é o último grande empreendimento de nosso fundador.

Edison Akira Sato

Diretor-Presidente – Instituto Soka Amazônia



*Com mais de 50 hectares de mata protegida e ações voltadas ao uso público, a RPPN colabora para a conservação da Floresta Amazônica no entorno da área urbana de Manaus.
(Foto: Acervo da RPPN Dr. Daisaku Ikeda)*

Situada na região do Encontro das Águas dos Rios Negro e Solimões, a RPPN Dr. Daisaku Ikeda se encontra em meio a uma vasta extensão de Floresta Amazônica, onde também estão presentes outras áreas protegidas. A reserva desempenha um importante papel no município como barreira à expansão urbana, servindo de refúgio para a fauna e a flora, além de contribuir para a qualidade de vida da população, em especial aquela que vive em seu entorno. Criada na esfera de governo federal, a RPPN foi posteriormente reconhecida também no âmbito municipal. De propriedade da Associação Brasil Soka Gakkai Internacional (BSGI), ela é gerida pelo Instituto Soka Amazônia.



Atividades

Na RPPN, são realizadas atividades voltadas à educação ambiental e ao desenvolvimento de pesquisas, incluindo a promoção do turismo nas modalidades científica, educativa e de intercâmbios.

Para receber os diferentes públicos atendidos, foi implantado no local um centro de visitantes, além de um laboratório, um refeitório e uma sala/escritório para pesquisadores e pesquisadoras. Desse modo, a reserva é capaz de sediar eventos técnico-científicos e educativos. Além disso, ela dispõe de estruturas para visitação, como um mirante para o Encontro das águas, um viveiro florestal experimental e um circuito de trilhas e jardins. A  rea da reserva também engloba um sítio geológico e conta, ainda, com três sítios arqueológicos, que apresentam potencial para a realiza o de estudos futuros.

*Posicionado em frente ao Encontro das águas, o centro de visitantes conta com diversas estruturas que d o suporte às atividades realizadas na reserva.
(Foto: Acervo da RPPN Dr. Daisaku Ikeda)*





Parcerias, apoios e incentivos

Para a realização de pesquisas científicas na RPPN, o Instituto Soka Amazônia estabeleceu parcerias com entidades do Brasil e do exterior, o que já possibilitou o apoio a diversos estudos. Entre elas estão a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Universidade Soka do Japão, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

Na área de educação ambiental, também foi constituída uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Manaus, com foco na divulgação e na popularização da ciência. Por meio dessa iniciativa, a reserva recebe de forma voluntária estudantes e profissionais da rede municipal de ensino, oferecendo aulas teóricas e visitas de campo nos pontos de interesse do local.



Nas atividades promovidas na reserva, estudantes de escolas municipais têm a oportunidade de vivenciar práticas em contato com a natureza.
(Fotos: Acervo da RPPN Dr. Daisaku Ikeda)





Avanços e contribuições

As ações educacionais promovidas na RPPN vêm contribuindo de forma incisiva para suprir a demanda de atividades paradidáticas entre o público escolar. Da mesma forma, o investimento e as parcerias realizadas no campo da pesquisa, que incluem estudos sobre educação ambiental, têm apresentado bons resultados. Os dados coletados na reserva já serviram de base, por exemplo, para a produção de artigos e publicações como as seguintes:

- Gestão Ambiental e o Ensino na Amazônia – Editora CRV (2020).
- Ensino de Solo na Geografia a Partir da Prática em Campo – Educitec/IFAM (2020).
- Guia de Instrumentalização de Trilhas Interpretativas para o Processo de Ensino e Aprendizagem – IFAM (2018).
- Guia Didático: origem, formação e erosão do solo – IFAM (2017).

Além disso, o desenvolvimento de pesquisas no local gerou o registro, até o momento, de 55 espécies de aves, 8 de mamíferos e 39 de anfíbios e répteis, todas constantes no Plano de Manejo da RPPN.

PARA SABER MAIS:



**O ESTADO DA ARTE DAS
RPPNS NO MUNICÍPIO DE
MANAUS (AM)**

Apresentação realizada no webinar
Iniciativas Municipais sobre Reservas
Particulares do Patrimônio Natural.



Plano de Manejo
RPPN Dr. Daisaku Ikeda



institutosoka-amazonia.org.br/rppn-pt

REFERÊNCIAS

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Roteiro para Criação de RPPN Federal: Reserva Particular do Patrimônio Natural**. Autores: José Luciano de Souza e Dione Angélica de Araújo Côrte. Brasília, DF: ICMBio, 2011.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Perguntas e Respostas sobre Reserva Particular do Patrimônio Natural**. Autores: José Luciano Souza, Dione Angélica de A. Côrte e Lourdes M. Ferreira. Brasília, DF: ICMBio, 2012.

INEA – Instituto Estadual do Ambiente (RJ). **Programa Estadual de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs: 10 anos de apoio à conservação da biodiversidade**. Organização: Roberta Guagliardi. Rio de Janeiro: INEA, 2018.

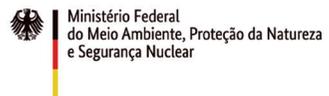
SOUZA, J. L.; FONSECA, M. **Roteiro para o Reconhecimento de Reserva Particular do Patrimônio Natural**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 2018.



Áreas Protegidas Locais

BRASIL | COLÔMBIA | EQUADOR | PERU

Por ordem do



Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza
e Segurança Nuclear

da República Federal da Alemanha

Por meio da:



Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH



Governos Locais
pela Sustentabilidade

